



MOORE

RTA-210-2021

**Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores
Municipais de Bebedouro – SICOOB
COOCRESB**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro
de 2020 e o relatório do auditor independente**



RTA-210-2021

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SPT. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br**www.moorebrasil.com.br**

Ribeirão Preto SP, 31 de março de 2021.

À
Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro – SICOOB COOCRESB
Bebedouro SP

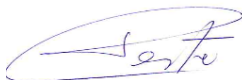
Atenção do Senhor **Valdecir Valencio**
Diretor Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores**José Paulo de Castro**
Diretor

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro – SICOOB COOCRESB

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e o relatório do auditor independente

Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11
1 Contexto operacional	11
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis	12
3 Caixa e equivalentes de caixa.....	16
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	16
5 Relações interfinanceiras	17
6 Operações de crédito	17
7 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	19
8 Investimentos	19
9 Imobilizado de uso e intangível	20
10 Depósitos	20
11 Obrigações por empréstimos e repasses.....	21
12 Outras obrigações	22
13 Passivos contingentes.....	22
14 Patrimônio líquido.....	22
15 Outros ingressos operacionais	23
16 Dispêndios administrativos.....	24
17 Dispêndios de pessoal e honorários	24
18 Outros dispêndios operacionais	24
19 Coobrigações e riscos em garantias prestadas.....	24
20 Seguros contratados	25
21 Instrumentos financeiros	25
22 Partes relacionadas.....	25
23 Central de Cooperativas de Crédito Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp	26
24 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos.....	26

**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras**

Aos associados e administradores da
Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro – SICOOB COOCRESB
Bebedouro SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro – SICOOB COOCRESB (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro – SICOOB COOCRESB em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 19 de março de 2021.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



José Paulo de Castro
CRC 1SP145661/O-2

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro – SICOOB COOCRESB

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante		1.491.775	1.293.737	Circulante		1.965.018	1.436.855
Disponibilidades	3	87.269	14.602	Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Instrumentos financeiros				Depósitos	10	1.248.505	1.059.092
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	456.794	403.245	Obrigações por empréstimos e repasses	11	446.424	205.152
Relações interfinanceiras	5	115.060	34.258	Provisão		5.198	451
Operações de crédito	6	827.295	858.758	Outras obrigações	12	264.891	172.160
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(29.941)	(19.368)				
Outros créditos		27.748	62	Não circulante		476.577	679.838
Outros valores e bens		7.550	2.180	Exigível a longo prazo			
				Demais instrumentos financeiros			
Não circulante		3.815.894	3.556.415	Relações interfinanceiras	11	476.577	679.838
Realizável a longo prazo							
Instrumentos financeiros				Patrimônio líquido	14	2.866.074	2.733.459
Operações de crédito	6	3.589.060	3.311.355	Capital social		2.740.336	2.648.367
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(59.721)	(37.959)	Reserva de sobras		66.325	59.335
Investimentos	8	203.319	184.532	Sobras acumuladas		59.413	25.757
Imobilizado de uso	9	157.163	148.623				
Intangível	9	7.759	-				
(-) Depreciações e amortizações	9	(81.686)	(50.136)				
Total do ativo		5.307.669	4.850.152	Total do passivo e patrimônio líquido		5.307.669	4.850.152

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro – SICOOB COOCRESB

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	Nota	2020		2019
		2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		525.408	1.069.237	1.046.349
Operações de crédito	6a	519.669	1.048.757	1.005.510
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.739	5.739	1.003
Ingressos de depósitos intercooperativos	5	-	14.741	39.836
Dispêndios da intermediação financeira		(84.600)	(167.508)	(156.218)
Operações de captação no mercado	10a	(11.057)	(26.066)	(57.829)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	11	(17.496)	(39.620)	(47.179)
Provisão para perdas em operações de crédito	7b	(46.733)	(91.707)	(51.210)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7b	(9.314)	(10.115)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		440.808	901.729	890.131
Outros ingressos operacionais		87.986	139.813	64.771
Ingressos de prestação de serviços		33.984	44.082	17.270
Outros ingressos operacionais	15	54.002	95.731	47.501
Outros (dispêndios) operacionais		(520.506)	(971.861)	(924.600)
Dispêndios administrativos	16	(209.355)	(426.042)	(456.524)
Dispêndios de pessoal e honorários	17	(227.318)	(443.246)	(398.000)
Dispêndios de depreciação e amortização		(16.862)	(31.551)	(26.210)
Outros dispêndios operacionais	18	(66.971)	(71.022)	(43.866)
Resultado operacional		8.288	69.681	30.302
Resultado não operacional		-	217	-
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital integralizado		8.288	69.898	30.302
Juros sobre o capital	14b	59.451	59.451	30.662
Sobra líquida do semestre/exercícios		67.739	129.349	60.964

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro – SICOOB COOCRESB

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	67.739	129.349	60.964
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	67.739	129.349	60.964

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro – SICOOB COOCRESB

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	Capital social	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	2.633.491	56.305	45.760	2.735.556
Aumento de capital com sobras	45.173	-	(45.173)	-
Distribuição de sobras	-	-	(587)	(587)
Integralizações de capital	307.116	-	-	307.116
Devoluções de capital	(368.075)	-	-	(368.075)
Sobra líquida do exercício	-	-	60.964	60.964
Juros sobre o capital	30.662	-	(30.662)	-
Destinação da reserva legal	-	3.030	(3.030)	-
FATES - cooperados	-	-	(1.515)	(1.515)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.648.367	59.335	25.757	2.733.459
Aumento de capital com sobras	25.396	-	(25.396)	-
Distribuição de sobras	-	-	(361)	(361)
Integralizações de capital	292.086	-	-	292.086
Devoluções de capital	(284.964)	-	-	(284.964)
Sobra líquida do exercício	-	-	129.349	129.349
Juros sobre o capital	59.451	-	(59.451)	-
Destinação da reserva legal	-	6.990	(6.990)	-
FATES - cooperados	-	-	(3.495)	(3.495)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.740.336	66.325	59.413	2.866.074

Continua...

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro – SICOOB COOCRESB

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

...Continuação

	Capital social	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de julho de 2020	2.750.965	59.335	87.367	2.897.667
Aumento de capital com sobras	25.396	-	(25.396)	-
Aumento de reserva com sobras	-	-	(361)	(361)
Integralizações de capital	145.820	-	-	145.820
Devoluções de capital	(241.296)	-	-	(241.296)
Sobra líquida do semestre	-	-	67.739	67.739
Juros sobre o capital	59.451	-	(59.451)	-
Destinação da reserva legal	-	6.990	(6.990)	-
FATES - cooperados	-	-	(3.495)	(3.495)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.740.336	66.325	59.413	2.866.074

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro – SICOOB COOCRESB

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	2020	2019
	2º semestre	Exercício
	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	6.438	243.103
Sobra ajustada do semestre/exercícios	145.338	277.376
Sobra líquida do semestre/exercícios	67.739	129.349
Provisão para perdas em operações de crédito	46.733	91.707
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.314	10.115
Depreciações e amortizações	16.862	31.551
Residual de baixas de imobilizado de uso e intangível	-	7.759
Provisões passivas	4.690	6.895
Redução (aumento) nos ativos	(276.972)	(348.785)
Operações de crédito	(260.251)	(314.928)
Outros créditos e outros valores e bens	(16.721)	(33.857)
Aumento (redução) nos passivos	138.072	314.512
Depósitos	228.862	189.413
Obrigações por empréstimos e repasses	(156.106)	38.011
Provisões e outras obrigações	65.316	87.088
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(20.618)	(42.846)
Aumento de investimentos	(18.787)	(18.787)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(1.831)	(24.059)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(95.837)	6.761
Distribuição de sobras	(361)	(361)
Integralizações de capital	145.820	292.086
Devoluções de capital	(241.296)	(284.964)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(110.017)	207.018
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios (nota 3)	769.140	452.105
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios (nota 3)	659.123	659.123

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro – SICOOB COOCRESB

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de Bebedouro - Sicoob Coocresb (“Cooperativa”), constituída em 23 de junho de 2003, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 30 de setembro de 2003, através do registro sob nº 05.969.937/0001-93.

A Cooperativa está sediada na Praça Barão do Rio Branco, nº 99, Centro, em Bebedouro SP e tem sua área de ação limitada às dependências da Prefeitura Municipal de Bebedouro, Serviço Assistencial dos Funcionários e Servidores Municipais de Bebedouro (SASEMB), Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bebedouro (SAAEB), Instituto Superior de Ensino de Bebedouro (IMESB) e Poder Legislativo (Câmara Municipal), todos na Cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito, o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias de cooperativas de crédito; prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida; e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015. É filiada à Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

Diante da pandemia da COVID-19, o Sicoob Coocresb tem implementado medidas para a gestão das operações e apoio aos empregados. As medidas adotadas no início e durante a pandemia foram de melhora na taxa de juros aos associados, liberação de capital em respeito ao estatuto e aumento da liquidez.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 19 de março de 2021, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020 que regulamentou procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e com a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura de saldos no Balanço Patrimonial de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, depreciações, no ativo, e provisões, no passivo, alterações que não influenciaram no saldo total desta demonstração.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

b.4 Instrumentos Financeiros

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

b.5 Aplicações interfinanceiras de liquidez e relações interfinanceiras - ativo

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BACEN n° 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.6 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.7 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos

em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.8 Devedores por depósitos em garantia

Seja por determinação judicial ou espontaneidade da Administração, quando depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos.

b.9 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.10 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.11 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

b.12 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (*impairment*).

b.13 Depósitos à vista, sob aviso e a prazo

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos sob aviso e a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Representados por títulos emitidos por instituições financeiras, com a finalidade de captação de recursos para participantes da cadeia do agronegócio, demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

b.15 Relações Interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados proporcionalmente até a data do balanço.

b.16 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base a estimativa do risco envolvido.

b.17 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.18 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.19 Segregação de ativos e passivos

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. Essa segregação considera a intenção da administração da Cooperativa na manutenção de ativos.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 473.243. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 3.052.762. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 2.579.519.

b.20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com associados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

b.21 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, as aplicações interfinanceiras de liquidez e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

Descrição	2020	2019
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	87.269	14.602
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	456.794	403.245
Relações interfinanceiras (nota 5)	115.060	34.258
	<u>659.123</u>	<u>452.105</u>

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2020	2019
Aplicações interfinanceiras (CDI) (nota 3)	<u>456.794</u>	<u>403.245</u>

Os depósitos interfinanceiros referem-se, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no Bancoob S/A, com remuneração de 101% do CDI. Tal recurso possui vencimento em 2025 e tem por objetivo garantir operações firmadas junto ao mesmo banco. Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 5.739 (R\$ 1.003 em 2019).

5 Relações interfinanceiras

Descrição	2020	2019
Centralização financeira (nota 3)	<u>115.060</u>	<u>34.258</u>

Refere-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob Central Cecresp, conforme determinado no art. 24º da Resolução CMN nº 4.434/2015. A centralização financeira é remunerada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R\$ 14.741 (R\$ 39.836 em 2019).

6 Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e financiamentos	<u>827.295</u>	<u>3.589.060</u>	<u>4.416.355</u>	<u>858.758</u>	<u>3.311.355</u>	<u>4.170.113</u>

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 1.048.757 (R\$ 1.005.510 em 2019).

b Composição por nível de risco e situação do vencimento

Nível de risco	Provisão %	2020			2019		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
AA	-	-	42.905	42.905	-	18.714	18.714
A	0,5	1.363	3.272.785	3.274.148	10.086	3.777.092	3.787.178
B	1,0	2.602	580.384	582.986	28.910	208.954	237.864
C	3,0	2.946	347.506	350.452	-	88.747	88.747
D	10,0	1.372	78.323	79.695	3.262	-	3.262
E	30,0	14.330	18.046	32.376	-	-	-
F	50,0	2.293	1.405	3.698	-	-	-
G	70,0	9.217	20.330	29.547	4.421	-	4.421
H	100,0	2.196	18.352	20.548	29.927	-	29.927
		36.319	4.380.036	4.416.355	76.606	4.093.507	4.170.113

c Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento

Ano	2020	2019
2021	-	113.471
2022	131.953	331.407
2023	216.557	342.601
2024	407.829	593.053
2025 a 2031	2.832.721	1.930.823
	3.589.060	3.311.355

d Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 75.210 (R\$ 49.610 em 2019). Em 2020, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 23.526 (R\$ 13.548 em 2019), registrados em outros ingressos operacionais (nota 15).

7 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(20.627)	(59.721)	(80.348)	(19.368)	(37.959)	(57.327)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(9.314)	-	(9.314)	-	-	-
	<u>(29.941)</u>	<u>(59.721)</u>	<u>(89.662)</u>	<u>(19.368)</u>	<u>(37.959)</u>	<u>(57.327)</u>

b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2020	2019
Saldo inicial	<u>(57.327)</u>	<u>(33.541)</u>
Créditos baixados para prejuízo	49.126	17.397
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(91.707)	(51.210)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(10.115)	-
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 15)	19.560	10.027
Reversão de provisão para perdas em outros créditos (nota 15)	801	-
Saldo final	<u>(89.662)</u>	<u>(57.327)</u>

8 Investimentos

Descrição	2020	2019
Sicoob Central Cecresp	<u>203.319</u>	<u>184.532</u>

9 Imobilizado de uso e intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação/amortização	2020			2019		
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido
Imobilizado de uso							
Móveis e equipamentos de uso	10%	157.163	(76.558)	80.605	148.623	(50.136)	98.487
Intangível							
Software	10%	7.759	(5.128)	2.631	-	-	-
		164.922	(81.686)	83.236	148.623	(50.136)	98.487

10 Depósitos

Descrição	2020		2019	
	Total	Taxa média (% a.m.)	Total	Taxa média (% a.m.)
Depósitos à vista	180.109		85.197	
Depósitos a prazo (i)	1.068.396	0,17%	973.895	0,41%
	1.248.505		1.059.092	

(i) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.284/2013 do BACEN.

a Concentração dos principais devedores

Descrição	2020		2019	
	Total	% Carteira Total	Total	% Carteira Total
Maior Depositante	157.579	13%	79.010	7%
10 Maiores Depositantes	594.609	48%	527.499	50%
50 Maiores Depositantes	1.018.607	82%	900.804	86%

No exercício de 2020, foram registrados R\$ 26.066 (R\$ 57.829 em 2019) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósitos a prazo.

11 Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações por Empréstimos no País	446.424	476.577	923.001	205.152	679.838	884.990

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e capital de giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. No exercício de 2020, foram registrados R\$ 39.620 (R\$ 47.179 em 2019) no resultado em operações de empréstimos, cessões e repasses.

12 Outras obrigações

Descrição	2020	2019
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1	361
Sociais e estatutárias:		
Provisão para participação nos lucros	7.766	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	5.616	2.513
Quotas de capital a pagar	187.253	118.915
	200.635	121.428
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	10.747	11.497
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	53.508	38.874
	264.891	172.160

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 14b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

13 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

14 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 1.029 e 1.083 associados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 292.086 (R\$ 307.116 em 2019), e também ocorreram devoluções em 2020, no montante de R\$ 284.964 (R\$ 368.075 em 2019).

O capital social é de R\$ 2.740.336 e de R\$ 2.648.367 em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2020 e de 2019, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2020	2019
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	129.349	60.964
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital (i)	(59.451)	(30.662)
Reserva legal (ii)	(6.990)	(3.030)
FATES (iii)	(3.495)	(1.515)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	59.413	25.757

- (i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. O montante a ser capitalizado de R\$ 59.451, foi contabilizado como "Capital social", conforme determinação do plano de contas do COSIF Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício, como "Outros dispêndios operacionais" (nota 18), e ajustados.
- (ii) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- (iii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus associados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 12 (i)).

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16 de julho de 2020, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2019 para aumento do capital social (R\$ 25.757).

15 Outros ingressos operacionais

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas com cartão de crédito	22.776	38.066	-
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 6d)	4.646	23.526	13.548
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 7b)	12.272	19.560	10.027
Reversão para garantias financeiras prestadas	1.878	2.149	-
Reversão de provisão para outros créditos (nota 7b)	801	801	-
Outras rendas operacionais	11.629	11.629	23.926
	54.002	95.731	47.501

16 Dispêndios administrativos

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio despesas Central	(84.897)	(188.819)	(194.279)
Aluguéis	(31.992)	(66.313)	(65.399)
Serviços técnicos especializados	(24.181)	(51.072)	(55.907)
Serviços do sistema financeiro	(14.400)	(23.713)	(12.761)
Propaganda, publicidade, publicações e seguros	(11.419)	(20.543)	(2.756)
Comunicações	(9.415)	(19.043)	(20.100)
Manutenção, conservação de bens e material	(6.003)	(12.241)	(13.577)
Viagem no país	-	-	(3.182)
Serviço de terceiros, vigilância e segurança	(8.418)	(11.093)	(39.140)
Promoções e relações públicas	(7.842)	(9.782)	(16.751)
Água, energia e gás	(3.816)	(7.845)	(7.755)
Processamento de dados	(3.405)	(4.110)	-
Outros	(3.567)	(11.468)	(24.917)
	(209.355)	(426.042)	(456.524)

17 Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(105.467)	(207.982)	(194.560)
Encargos sociais	(45.990)	(88.341)	(78.193)
Benefícios a empregados	(33.712)	(69.989)	(61.592)
Honorários e cédulas de presença	(34.383)	(67.653)	(61.170)
Participação dos lucros	(7.766)	(9.281)	-
Remuneração de estagiários	-	-	(2.485)
	(227.318)	(443.246)	(398.000)

18 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Juros sobre o capital (nota 14b)	(59.451)	(59.451)	(30.662)
Provisões passivas	(4.690)	(6.895)	(451)
Outros dispêndios	(2.830)	(4.676)	(12.753)
	(66.971)	(71.022)	(43.866)

19 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

A Cooperativa é avalista de seus associados em transações que montam R\$ 255.072 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 65.248 em 2019), registradas em contas de compensação.

20 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

21 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras e operações de crédito, no ativo, e depósitos, recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias, relações interfinanceiras, relações interdependências e obrigações por empréstimos e repasses, no passivo.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

22 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal). As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As operações são assim resumidas no exercício:

Descrição	2020	2019
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	23.455	42.615
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	94.667	143.884
Patrimônio líquido		
Capital social	22.604	44.906
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	5.628	10.224
Dispêndio com captações	2.496	8.628
Benefícios:		
Cédulas de presença	67.653	61.170

23 Central de Cooperativas de Crédito Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp

O Sicoob Central Cecresp representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

O Sicoob Central Cecresp tem por objetivo efetuar a centralização financeira, a fiscalização e o assessoramento nas áreas de crédito, econômica, tecnológica, contábil, marketing e comunicação, organização e métodos, capacitação profissional e jurídica das cooperativas que o integram. Cabe ainda ao Sicoob Central Cecresp o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional de suas associadas, no sentido de prevenir e corrigir situações anormais que possam acarretar riscos para a solidez de suas associadas ou do sistema.

b Os saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecresp nos exercícios

As operações financeiras são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

Descrição	2020	2019
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	456.794	403.245
Relações interfinanceiras (nota 5)	115.060	34.258
Outros créditos	6.143	62
Ativo permanente		
Investimentos (nota 8)	203.319	184.532
Passivo circulante		
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 11)	446.424	205.152
Passivo exigível a longo prazo		
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 11)	476.577	679.838
Principais operações:		
Ingressos da intermediação financeira (notas 4 e 5)	20.480	17.065
Operações de empréstimos, cessões e repasses (nota 11)	(39.620)	(47.179)
Dispêndios administrativos (nota 16)	(188.819)	(194.279)

24 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

a Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

b Risco de Mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

c Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

d Risco de crédito e socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

e Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Valdecir Valencio
Diretor Presidente
CPF: 071.660.987-92

Caio Franco Pereira
Contador CRC: 1SP298479/O-0
CPF:279.241.058-24

Aglaciles Virgilio Cyrillo Pereira
Diretor responsável pela área contábil
CPF 205.506.898-93

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.